

CAPITULO I

INTRODUÇÃO

CONCEITO DE ÍNDIO E DE NEO-BRASILEIRO

Num estudo como o que nos propusemos a realizar, é necessário que tenhamos um conceito definido de índio e de neo-brasileiro.

Consideramos índio todo indivíduo do ramo americano de raça mongólica, pertencente a um grupo de indivíduos que apresenta problemas de inadaptação à nossa sociedade brasileira, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou mera lealdade que o vinculam a uma tradição pré-colombiana. É o brasileiro anterior ao Descobrimento.

Neo-brasileiro é todo indivíduo não índio que tenha nascido no Brasil, após o seu descobrimento. É descrito também como civilizado, no presente trabalho.

Embora estes conceitos possam ser objeto de estudo e discussão na ciência a que pertencem, prestam-se, e convêm, todavia, à finalidade dêste estudo.

NÚMEROS DE ÍNDIOS

A nossa população indígena tem decrescido rapidamente. Embora por dificuldades óbvias nunca tenha sido feito um recenseamento adequado, podemos citar opiniões de várias autoridades em assuntos indígenas. **Rondon** (*) presumiu seu número em um milhão e quinhentos mil. **Luís Bueno Horta Barbosa** (**) calculou a população indígena em 1 244 687 pessoas. **Steward** (29) informa uma redução da população indígena de 1 100 000, existente na ocasião da descoberta do Brasil, para 500 000 em 1940. O mesmo autor escreve o seguinte (***): “O Índio está virtualmente extinto na parte oriental dos Estados Unidos, Uruguai, Brasil

(*) — Citado por Ramos A. (20).

(**) — Citado por Ramos A. (20).

(***) — Citado por Ramos A. (21).

Oriental e pampas da Argentina. Será apenas uma questão de poucos anos o desaparecimento dos seus últimos sobreviventes sem deixar qualquer marca importante, de raça ou de cultura, na população nacional”. Num recente trabalho, **Darcy Ribeiro** (22) cita que, no ano de 1900, existiam 230 tribos de índios e que existem, atualmente, 143, tendo previsto um desaparecimento de mais 57 tribos até o fim do século; o mesmo autor calcula que a população indígena brasileira, em 1957, oscila entre um mínimo de 68 100 e um máximo de 99 700 indivíduos.

SITUAÇÃO ATUAL DO NOSSO INDÍGENA

Os contactos entre os civilizados e índios começaram a partir do descobrimento do Brasil, na faixa litorânea, e, à medida que a fronteira de expansão da nossa sociedade se deslocava rumo ao oeste, novos contactos se processavam. Conseqüentemente, decorreram mais de quatro séculos de atritos, com impactos de maior ou menor intensidade, pois que, nos dias de hoje, encontramos tribos de índios com vários graus de aculturação. É usual dizer-se que, ao viajar-se em nosso território, rumo ao oeste, à medida que se avança no espaço, retrocede-se no tempo, indo ao encontro de idades, historicamente recuadas de séculos. A aculturação do índio apresenta facetas várias, muito semelhantes, atualmente, às encontradas no início de nossa colonização.

Os agentes da civilização que, à procura de novas terras e novas riquezas, avançam sobre regiões consideradas devolutas, entram em contacto, e muitas vezes em choque, com índios que, baseados em sua experiência, vivem sob o temor de uma invasão em seu território tribal. É a fronteira da nossa civilização que progride, localizando-se hoje, a sua linha divisória, no Brasil Central e ao longo dos altos cursos dos rios da bacia amazônica.

Os índios, que, de armas na mão, se opunham a tal progresso, foram exterminados, conhecendo-se casos de tribos inteiramente chacinadas. É relativamente recente a conquista do noroeste do Estado de São Paulo, com a destruição quase total dos Kaingáng.

Outros grupos, incapazes de defenderem suas terras, foram expulsos, sofreram violências de toda espécie e, dizimados pelos maus tratos, fome e doenças, praticamente desapareceram.

Enfim, o problema da civilização para o índio apresenta inúmeros aspectos. **Darcy Ribeiro** (24), em Relatório do S.P.I., também reproduzido em publicação da Unesco, escreve o seguinte:

“Quando se fala em índios e civilizados o que se tem em mente é, em geral, a enorme diferença entre as técnicas e o equipamento do domínio da natureza de uma tribo silvícola e de uma nação industrial moderna. Assim a **civilização** pareceria o destino desejável para qualquer tribo porque representaria o acesso a toda a **herança social da humanidade**.

Na prática, para uma tribo qualquer da Amazônia, por exemplo, civilizar-se é ser engajado na vida famélica do seringueiro, do castanheiro, do remador, brutalizado ao guante do patrão. É perder a fartura da aldeia com seus extensos roçados, suas caçadas e pescarias coletivas, suas horas de lazer após cada trabalho extenuante, seu gosto de viver, proporcionado pelo convívio com uma centena de pessoas que vêm o mundo como ele próprio e cultivam uma rica fantasia para interpretá-lo alegoricamente. Civilizar-se é viver isolado em sua choça num braço do rio com a mulher e os filhos, só vendo as mesmas pessoas na canoa, trazendo-lhe uns poucos mantimentos e levando a borracha produzida. Suas oportunidades de gozar os benefícios da civilização são praticamente nulas. Para os outros índios, civilização é a condição do mais pobre vaqueiro nos campos do Rio Branco, ou do lenhador do Paraná, do lavrador na Bahia, no Nordeste e em Minas Gerais”.

Em nosso país, se de um lado o problema de proteção aos índios foi descuidado até o início deste século, por outro, é certo que a partir de 1910 passou a ser considerado, com o respeito devido, pelos poderes constituídos. Assim é que, nessa ocasião, foi criado o órgão protetor oficial, a que deu especial apoio o então Ministro da Agricultura, **Rodolfo Miranda**, de modo a tornar possível a seu chefe, o extraordinário **Cândido Mariano da Silva Rondon**, a consecução da ingente tarefa. A legenda “morrer se preciso fôr, matar nun-

ca” deu início a uma nova era no problema indígena, e permitiu ao seu abnegado autor receber a benemerência da Pátria na sua glçriosa velhice.

O estado atual e modo de encarar o assunto estão resumidos nas palavras do Dr. **L. B. Horta Barbosa** (*), que foi um dos diretores do S. P. I.:

“Em primeiro lugar, não há índios catequizados pelo Serviço de Proteção aos Índios, e êste faltaria a seus deveres se enveredasse pelo caminho de dar ao índio ou a quem quer que fôsse, instrução doutrinal sôbre princípios de fé. O Serviço não procura nem espera transformar o índio, os seus hábitos, os seus costumes, a sua mentalidade, por uma série de discursos, ou lições verbais, de prescrições, proibições e conselhos; conta apenas melhorá-lo, proporcionando-lhe os meios, o exemplo e os incentivos indiretos para isso: melhorar os seus meios de trabalho, pela introdução de ferramentas; as roupas, pelo fornecimento de tecidos, e a arte de coser, à mão e à máquina; a preparação de seus alimentos, pela introdução do sal, da gordura, dos utensílios de ferro, etc.; as suas habitações; os objetos de uso doméstico; enfim, melhorar tudo quanto êle tem e constitui o fundo mesmo de tôda existência social. E de todo êste trabalho resulta que o índio torna-se um melhor índio, e não um mísero ente sem classificação social possível, por ter perdido a civilização a que pertencia sem ter conseguido entrar naquela para onde o queriam ‘levar’”.

Aumentando, dia a dia, o cêrco esmagador da civilização, tribos como Kayapó, Parakanân, Gavião e as do Alto Xingu, situadas em seus últimos redutos, lutam entre si, a fim de desalojar as mais fracas de seus territórios, para ocupá-los, escapando à pressão dos civilizados.

Apesar das medidas adotadas pelo S. P. I., o contacto da civilização com o índio apresenta múltiplas dificuldades.

Do ponto de vista médico-sanitário, o encontro entre os índios e os neo-brasileiros abre uma larga porta para inúmeras especula-

(*) — Citado por Ramos A. (21).

ções. Por exemplo, sobre a mortalidade, os Arquivos do S. P. I. revelam fatos alarmantes, que podem ser bem interpretados no estudo da depopulação verificada após o contacto com os civilizados e suas doenças. Num trabalho recente, **Darcy Ribeiro** (23) faz referência aos seguintes fatos: os Mundurukú foram avaliados em 1875 por **Gonçalves Tocantins**, em 18 910 pessoas, estando reduzidos, em 1954-5, a 1200, (**Robert e Yolanda Murphy**); os Nambikuára, orçados por **C. Lévy-Strauss** (1948) como originariamente 10 000, talvez não cheguem agora a 1000; os Karajá, que segundo **Ehrenreich** (1940) perfaziam 4000 na ocasião de sua visita, número, provavelmente, representativo da metade de sua população, quando em contacto com os civilizados, atualmente talvez não atinjam um milhar; no Estado de São Paulo, os Kaingáng, pacificados em 1914 pelo S. P. I., contavam então 1200 e estão reduzidos a 37; os Xobleng, de Santa Catarina, pacificados em 1914, de 800 pessoas foram reduzidos a 106, em 1933, havendo, depois, um aumento de população para 189 indivíduos, em 1952.

Geralmente, após um período de grande depopulação, sob ação de elementos mórbidos vários, um grupo indígena amparado e assistido estabiliza-se em seu número. Os Fulniô, de Pernambuco, estão em contacto com a civilização há séculos; o S. P. I., nos últimos 20 anos tem orçado o seu número em redor de 1300; os Terêna, de Mato Grosso, foram calculados em 3 000 por **Castelnau**, em 1845, e ainda hoje atingem o mesmo número.

A alta mortalidade, que se verifica no início do convívio, evidencia uma baixa resistência orgânica às moléstias dos civilizados; é precipitada, contudo, pela vida em comum nas aldeias, falta de reservas alimentares, pouca ou nenhuma assistência médica e problemas inerentes ao meio de vida.

A depopulação indígena é conseqüência de vários fatores, entre eles os seguintes: mortalidade infantil (às vezes 60% como entre os Kuikúro), baixa fecundidade das mulheres índias e baixa longevidade, esta geralmente devido a endemias ou epidemias, como a do sarampo no Xingu, em 1954, que ocasionou 114 óbitos.

Darcy Ribeiro (22) classifica os índios de acôrdo com o grau de integração na sociedade nacional em: isolados, de contacto in-

termitente, de contacto permanente, integrados e extintos. Não examinamos elementos representativos do primeiro e do último grupo, por motivos óbvios. Representam tribos de contacto intermitente que foram examinadas: Xavánte e as do Alto Xingu; de contacto permanente: Kayapó e Karajá; integradas: Kaingáng, Terêna, Fulniô e Guaraní.

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDIOS BRASILEIROS

Se considerarmos o assunto sob a classificação antropológica física, veremos que os índios americanos são um ramo da raça mongólica (20). Esse ramo é dividido em dois grandes grupos: o páleo-americano e o neo-americano. O páleo-americano tem por base o “Homem da Lagoa Santa”, tipo dolicocefalo, representado nos dias de hoje pelos índios do grupo lingüístico Jê; e o neo-americano, braquicefalo, representado pelos índios dos grupos lingüísticos Tupí-Guaraní, Aruák, Karibe e alguns Autótonos. Segundo **Ehrenreich** (*) os caracteres somáticos só deveriam ser usados com muita reserva, porque tipos antropológicos coincidem freqüentemente com grupos lingüísticos estranhos uns aos outros. A opinião de **José Bastos D’Ávila** (8) é que, do ponto de vista puramente antropométrico, a única classificação incontestável que pode ser feita nos indígenas atualmente existentes, está na que separa os dolicocefalos Jê, que vivem no planalto Centro-Oeste, dos indivíduos braquicefalos da costa, das nascentes dos grandes rios e das Guianas.

Enfim, a classificação antropométrica não satisfaz às necessidades para a qual é solicitada, tendo mesmo **Egon Schaden** (26), no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, externado a seguinte opinião: “... à medida que progridem — reconheça-se que é lentamente — as pesquisas sobre os caracteres raciais ou físicos dos índios brasileiros, vai-se notando que àquela correspondência cultural e lingüística se acrescenta a de ordem somática, a tal ponto que — como bem sugeriu **Gusinde**, no Congresso de Americanistas de 1949 — os especialistas em antropologia física.

(*) — Citado por Pinto E. (18).

chegarão, um dia, a desistir duma rígida divisão dos aborígenes sul-americanos (no caso: brasileiros) em tantas ou quantas raças, preferindo ao contrário, falar em tipos somáticos tribais ou locais”.

A classificação aceita pelos etnólogos é a lingüística. Das várias classificações desta, optamos pela usada no S. P. I., que classifica os índios em: Tupí-Guaraní, Jê, Aruák, Karibe e Autótonos. Procuramos examinar componentes desses grupos.

No grupo Tupí-Guaraní, estudamos índios das tribos: Guaraní, Awetí e Kamayurá.

Dos componentes do grupo Jê, pesquisamos os Xavante e Kayapó.

No grupo Aruák, examinamos os Yawarapití, Mehináku e Terêna.

Dos Karibe, situados na bacia amazônica e ao norte do país não pudemos obter amostras.

Autótonos foram representados pelos Karajá, Kaingáng e Fulniô.

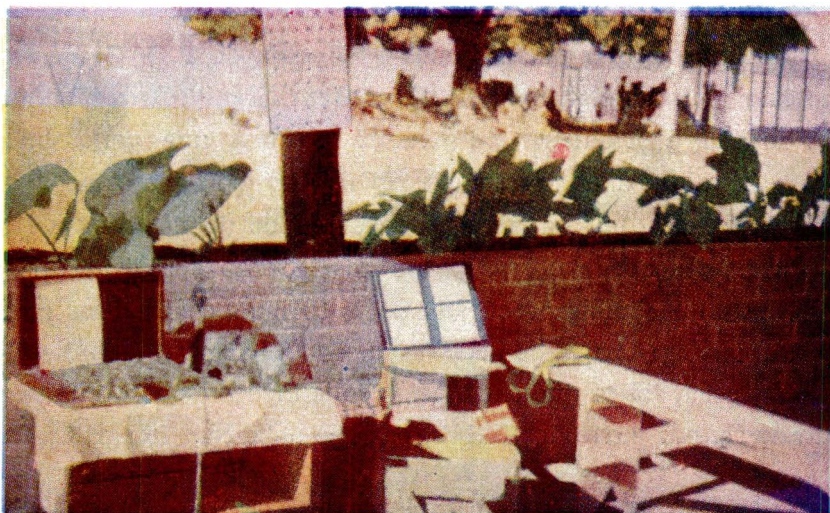
LOCALIZAÇÃO DOS ÍNDIOS — VIAGENS

Em quase todos os Estados do Brasil vivem índios, sendo que uma parte deles, a menor, se situa nos 106 Postos Indígenas que são reservas de terras possuídas coletivamente, por uma tribo que nela vive sob orientação de funcionários do Governo.

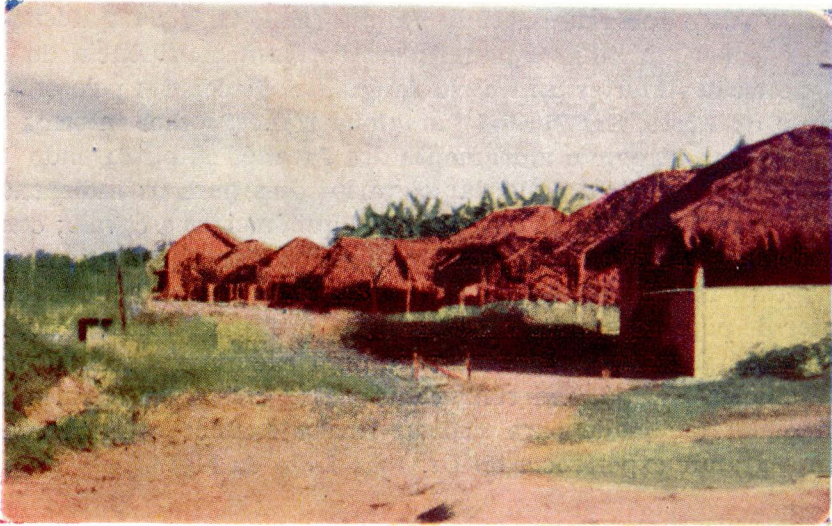
Para o presente estudo, o S.P.I. ofereceu-nos colaboração e assim atingimos seus Postos, nas sete viagens realizadas.

A primeira teve por finalidade o estudo dos Karajá, Javahé e Tapirapé, localizados ao longo do médio Araguaia. Partimos do aeroporto do Galeão em 12 de agosto de 1955, num avião Beechcraft do Correio Aéreo Nacional (C. A. N.), que faz a linha do Araguaia; o avião só pôde transportar um passageiro e 85 quilos de carga, computada a aparelhagem para exame, medicamentos, roupas, mantimentos e presentes. Pernoitamos em São Paulo, partindo no dia seguinte e fazendo escalas em Uberaba, Goiânia,

Aruanã e Pôsto Indígena Pimentel Barbosa; às 17h e 30 m. chegamos ao Pôsto Indígena Getúlio Vargas (P. I. G. V.) na aldeia de Santa Isabel (na ilha Bananal), em frente à confluência do rio Manso ou das Mortes com o rio Araguaia. Recebidos pelo encarregado do Pôsto, Sr. **Dorival Pamplona Nunes**, fomos informados de que, para atingir o aldeamento dos Javahé, no outro lado da ilha, seria necessário aguardar-se vários dias para os indispensáveis preparativos de uma viagem de 60 quilômetros a cavalo; como a tribo Javahé nada mais é senão um grupo Karajá, situado no lado oposto da ilha do Bananal, e como houvesse um barco com motor de pôpa esperando o médico do S. P. I. para descer o rio, resolvemos aproveitar a oportunidade para examinar a maior parte das aldeias Karajá, em companhia desse colega. Teríamos assim maior facilidade para realizar nossos exames e contaríamos com a grande experiência do Dr. **João Leão da Mota**.



Nosso consultório instalado na escola do P. I. G. V.



Aspecto parcial da Aldeia de Sta. Isabel. Ao fundo um bananal.

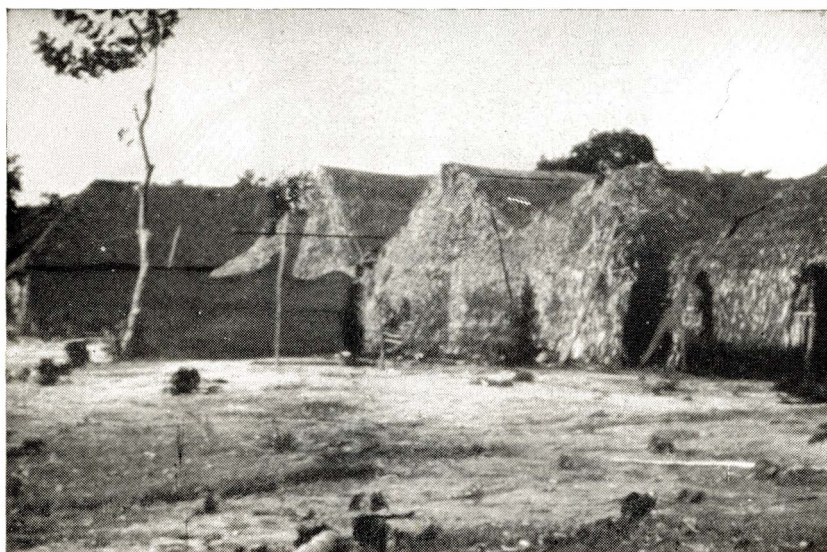
Durante dois dias examinamos os Karajá do P. I. G. V., trabalho êste prejudicado pelo fato de estarem os índios realizando a Festa do Mel, com danças do Aruanã e lutas que denominam Idieçô. Instalamos nosso consultório no terraço da escola da aldeia e contamos com o auxílio do encarregado do Pôsto para tradução e explicação de nossas perguntas. Como a aldeia Karajá de Sta. Isabel é a mais procurada pelos turistas e emprêsas cinematográficas, em virtude de seu campo de aviação, a documentação fotográfica foi prejudicada pelas solicitações de remuneração, em dinheiro, por parte dos índios, para se deixarem fotografar.



índios Karajá, preparados para a Festa do Mel, aguardando o exame ocular

Partimos no dia 15, descendo o rio, numa extensão de 500 quilômetros. Constava, a tripulação do barco, do piloto índio **Kurixira** e do mecânico **Waldemar Lima**, sendo que os passageiros eram o Dr. **João Leão da Mcta**, médico-chefe do S. P. I. e Sra., nós e o enfermeiro do P. I. G. V., **Antônio Sarmiento**.

Num período de 15 dias, examinamos índios das seguintes aldeias Karajá: Santa Isabel, Fontoura, Mato Verde, Crisóstomo, Jatobá, Tapirapé, Furo de Pedra, 2.^a Crisóstomo, Lago Grande, Barreirinha, Praia do Norte, Sant'Ana do Araguaia e Araguacema. Examinamos também civilizados de Araguacema para estudos comparativos.



Aldeia Fontoura — aspecto parcial ao entardecer.



Grupo Karajá na Aldeia Crisóstomo.

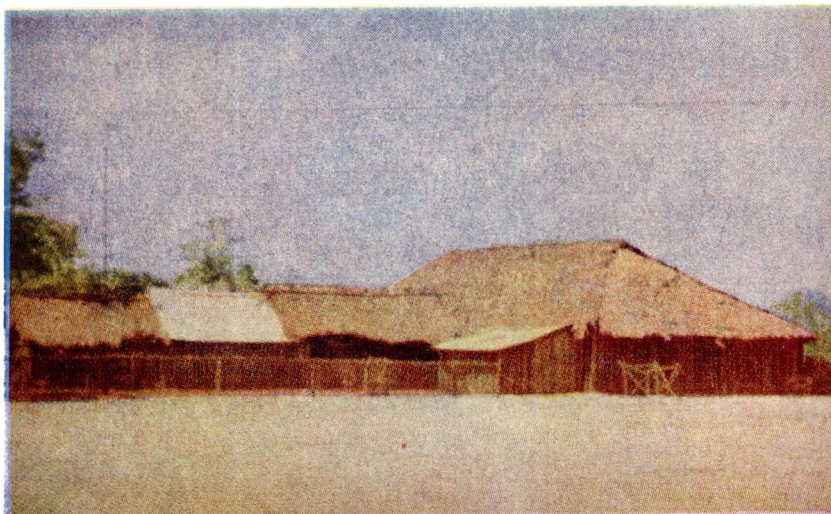
Usamos, para nosso transporte pelo rio Araguaia, um barco de 8 metros de comprimento e, à noite, acampávamos às margens do rio, longe das aldeias indígenas.



Barca usada para nosso transporte da Aldeia de Sta. Isabel até Araguacema.

No Pôsto Indígena Heloisa Tôrres, na confluência do rio Tapirapé com o Araguaia, só encontramos índios Karajá. Planejávamos estudar os Tapirapé, mas estes, num ato de coragem, tinham partido na véspera, em direção à sua antiga aldeia, de que tinham sido expulsos depois de grande parte da tribo ter sido massacrada pelos Kayapó.

Terminamos nossa primeira viagem de estudos em Araguacema onde ficamos dois dias, à espera do avião do C. A. N.. Aproveitamos essa demora para estudos dos dados clínicos obtidos e planejamento de outra viagem a tribos da região. Nessa ordem de idéias, embarcamos no avião que faz o correio do Araguaia e fomos até o P. I. Capitão Vasconcelos, no Alto Xingu, onde pudemos, durante quatro horas, estabelecer contactos, fazer observações e conhecer alguns problemas que teríamos de resolver, tais como o de presentes para os índios da região, a ocasião oportuna para nova viagem e o estudo da ligação entre os índios do Xingu e os Kayapó.



Antiga sede do P. I. Capitão Vasconcelos. Xingu, 1955



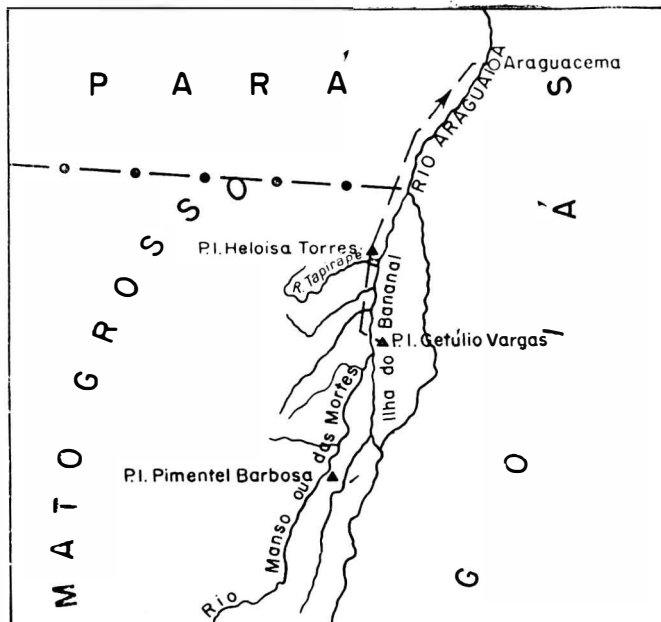
Crumare, índio Txukahamãï, ainda em fase de atração, evidencia a ligação das tribos do Alto Xingu com os Kayapó.

Após 4 horas no P. I. Capitão Vasconcelos (Xingu), levantamos vôo e no mesmo dia chegamos à região habitada pelos Xavánte. Aterricamos próximo do P. I. Pimentel Barbosa, situado à margem do rio das Mortes, não ocupada por aqueles índios, onde pernoitamos, com intenção de examiná-los no dia seguinte. Uma surpresa nos esperava: os Xavánte haviam partido na véspera, em direção à Serra do Roncador numa excursão de caça, uma vez que estávamos na estação da sêca. Por êste motivo, não pudemos examiná-los nesta ocasião, só conseguindo amostras dos Xavánte em 26 de maio de 1956. Seguimos viagem pelo mesmo avião e, após escalas em Aruanã, Goiânia e Uberaba chegamos a São Paulo no dia 29 de agosto. (Mapa n.º 1)



Sede do P. I. Pimentel Barbosa à margem do Rio das Mortes.

MAPA Nº 1



Nossa segunda viagem, já no início da estação das chuvas, teve por finalidade estudos dos índios nos postos Kurt Nimuendajú, Icatú e Vanuíre, todos no Estado de São Paulo. Partimos da Capital, de automóvel, no dia 29 de outubro de 1955, com destino ao P. I. Kurt Nimuendajú, localizado no município de Avaí, próximo de Bauru. Chegamos no mesmo dia, e nos dias 30 e 31, examinamos os Terêna e Guaraní que vivem nesse Pôsto, uma verdadeira fazenda paulista com plantação de café, milho, criação de gado vacum e suíno, serraria e arrendamento de terras; é praticamente auto-suficiente.



Local onde foram realizados os exames oculares no P. I. Kurt Nimuendajú.

Ao anoitecer do dia 31, dirigimo-nos ao P.I. Icatú, no Município de Penápolis, próximo a Braúna; no dia 1.º de novembro examinamos os índios aí sediados, Kaingáng em sua maioria. Este Pôsto já foi o melhor do Estado de S. Paulo, porém, a má administração de um encarregado fez com que o mesmo ficasse desorganizado e os índios que aí vivem, têm atualmente más condições de vida, as piores dos índios do Estado.



Sede do P. I. Icatú.



Casal de Kaingáng e seu filho, após serem examinados.

Partimos à noite, debaixo de chuva, e, após 5 horas, chegamos a Tupã. No dia seguinte, examinamos os restantes Kaingáng paulistas, localizados no P. I. Vanuíre, situado no bairro da Ponte Alta, em Tupã. É o pôsto mais progressista do Estado de São Paulo, auto-suficiente, com trator, plantação de café, algodão e milho; evidencia as possibilidades dos índios desde que sejam devidamente orientados. Um indício é o depósito bancário de vários Kaingáng.

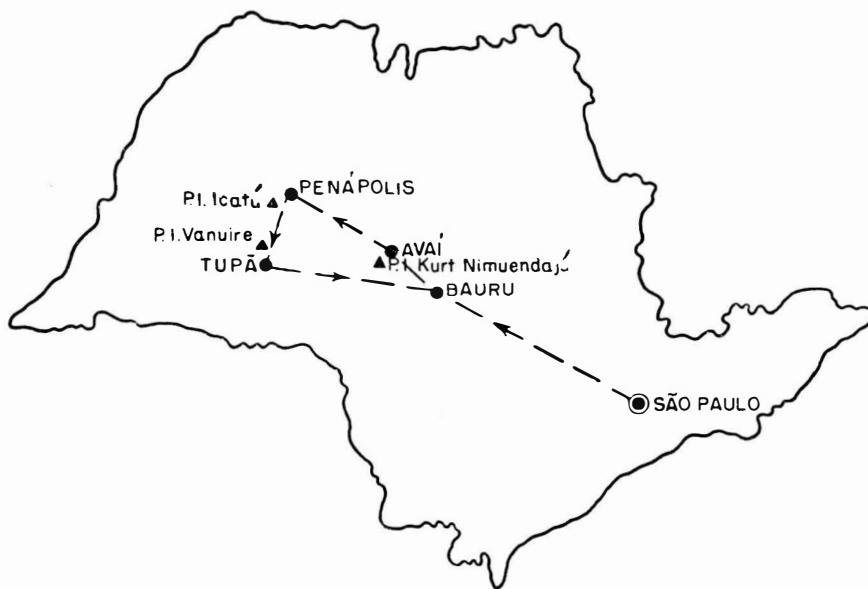


Sede do P. I. Vanuíre.

Regressamos a São Paulo no dia 4 de novembro, após termos andado de automóvel 1180 quilômetros.

Com exceção do último pôsto examinado, tivemos grande dificuldade em reunir os índios para exame, por morarem êles em casas bastante afastadas uma das outras e também porque muitos dêles estavam tomando bebidas alcoólicas na redondeza, especialmente os Guaraní do P. I. Kurt Nimuendajú. (Mapa n.º 2)

MAPA Nº 2



Dias após, realizamos uma viagem ao P. I. José de Anchieta, localizado no Município de Itanhaém, para estudarmos índios Guaraní. Fomos até Santos, de auto-ônibus, e seguimos por trem até a Estação de Taniguá; daí, andamos debaixo de chuva 17 quilômetros, alguns dos quais num pantanal, em direção à Serra do Mar, junto à qual está situado o Fôsto Indígena. Encontramos, como já esperávamos, muito poucos índios, porque os Guaraní dessa região vivem constantemente viajando para Itanhaém, Santos e São Paulo, a fim de venderem objetos de sua fabricação e fazerem pequenas compras. Praticamente não trabalham no cultivo da terra e alimentam-se mal.

Em 16 de maio de 1956, após a estação das chuvas, fizemos nossa quarta viagem. Fomos convidados pelo Dr. **Noel Nutels** para participar do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas, criado recentemente pelo Ministério da Saúde, com o fim de levar assistência médica à população do interior do país. Uma vez que do programa constava visita a regiões habitadas por índios, aceitamos o convite. Após a planificação necessária para tal empresa, que levou aproximadamente um mês, ficou a Unidade constituída pelas seguintes pessoas: Drs. **Noel Nutels**, **Carlos Monteiro Valente**, **Josias Machado da Silva** e nós, todos médicos, Dr. **Vicente Rodarte**, dentista, **José Medeiros**, documentarista fotográfico, **Paulino Barbosa Júnior**, técnico em aparelhagem radiográfica e **Arlindo Luiz de Faria**, técnico do Serviço de Endemias. Nossa carga total, reduzida ao máximo, foi de 1800 quilos; levamos um aparelho de radiografia com gerador de eletricidade, para cadastro torácico, material e aparelhos para exame de laboratório, remédios, alimentos para treze pessoas durante quinze dias, presentes para os índios, objetos e roupas de uso pessoal, material fotográfico e cinematográfico e aparelhagem para exames nas diversas especialidades médicas; por excesso de peso, tivemos que deixar no Rio de Janeiro uma grande barraca e parte dos mantimentos. Utilizamos do avião Douglas 2030 da Força Aérea Brasileira, tripulado por dois pilotos, dois sargentos mecânicos e um sargento radiotelegrafista. Partimos do Aeroporto do Galeão, em 16 de maio, às 17 horas e fizemos escalas em Uberlândia e Goiânia; chegamos à Aruanã, às margens do Rio Araguaia, às 15h. e 50 m.. Durante dois

MAPA Nº3

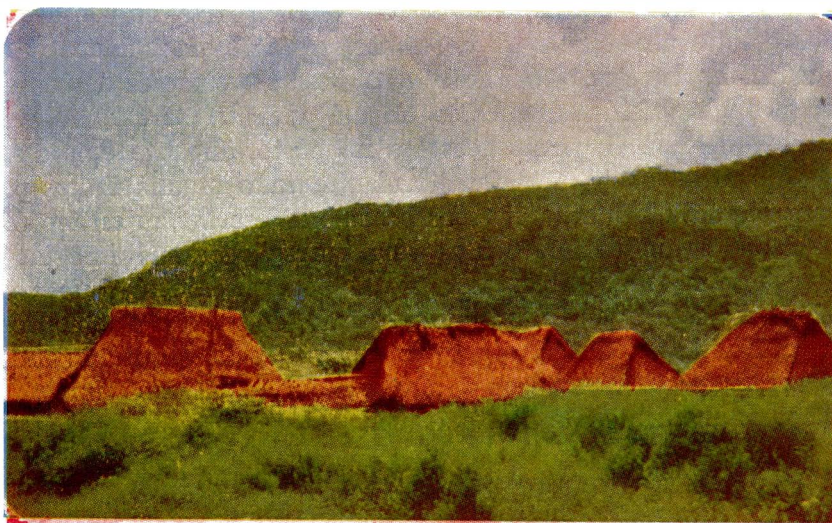


dias, examinamos alguns índios Karajá de uma aldeia indígena às margens do Rio Araguaia, e civilizados dessa região, com o duplo fim de prestar assistência médico-especializada e obter dados para estudos comparativos. Na tarde do dia 18, nove meses depois de nossa primeira visita, revimos os Karajá do P. I. Getúlio Vargas, na Ilha do Bananal; permanecemos no posto, durante dois dias, fazendo exames oftalmológicos e reexaminando alguns índios para controle da pesquisa. Tivemos ocasião de ofertar ao antigo cacique Malohá um par de óculos para correção de sua miopia, o que ocasionou um problema: o atual cacique Atahú, que tem ótima visão, sentindo-se diminuído, exigiu óculos. Não se conformou com nossa explicação e alguns meses depois, segundo sabemos, comprou óculos escuros de um aviador... Examinamos, na ocasião, os civilizados de Santa Isabel.

Voamos, em seguida, para Conceição do Araguaia, onde, durante dois dias, demos consulta aos civilizados da cidade. Continuamos nossa viagem, passando os dias 22 e 23 no P. I. Gorotirí, às margens do rio Fresco, onde tivemos oportunidade de examinar os Gorotirí, sub-tribo Kayapó, índios, em sua maior parte, perigosos e que dominam a região situada ao norte da Serra do Roncador e a oeste do rio Araguaia.



Mãe e filha Gorotirí esperando o exame ocular.



Vista parcial da Aldeia Gorotirí.

Os Gorotirí vivem lutando com os civilizados que invadem suas terras. Obtêm munição para suas armas por intermédio dos velhos e crianças que freqüentam o comércio de aldeias próximas.

Passamos a noite do dia 23 em Cachirabo e todo o dia seguinte em Jacareacanga, junto ao rio Tapajós, onde examinamos alguns Mundurukú. Voamos em seguida para o sul, fizemos escala em Cachimbo e chegamos a Xavantina, cidade formada pela Fundação Brasil Central, às margens do rio das Mortes. Permanecemos aí, durante os dias 25 e 26, examinando os civilizados; tivemos que realizar uma evisceração num colono acidentado. Fomos de jipe, num dia, até a aldeia Xavante da tribo do cacique Urubuanã que foi obrigado, em razão de seu grande contacto com os brancos, a atravessar o rio das Mortes, expulso pelo cacique Apoêma, de sua aldeia Interenriptá.

Partimos em direção ao Alto Xingu, e nos dias 27, 28 e 29, alojados na nova sede do P. I. Capitão Vasconcelos, às margens do Tuatuari, estudamos os Kamayurá, Yawarapití, Mehináku, Awetí e outras tribos representadas por número menor de indivíduos.



índios Xavante aguardando a vez de seu exame.



Nova sede do P. I. Cap. Vasconcelos, situada à margem do rio Tuatuari.
Xingu, 1956.

Esperávamos encontrar maior quantidade de índios, pois a nossa viagem tinha sido programada, de modo a permitir que assistíssemos ao “Guarupe”, uma cerimônia realizada pelos índios dessa região, em homenagem a seus mortos. Infelizmente, a mesma tinha sido adiada por um mês e perdemos a oportunidade de colhêr amostras de tôdas as tribos do Alto Xingu.



Índio Yawarapití, voltando de uma caçada de macaco, espera para ser examinado.

Os índios das várias tribos do Xingu, apresentam características raciais, muitas vezes semelhantes, ocasionadas por casamentos entre elementos de tribos diversas, após assalto e rapto. O exame distinguiu-se pela irregularidade de comparecimento. Ao amanhecer, apareciam nas proximidades do local onde instalamos nosso consultório; em seguida espalhavam-se, indo caçar, pescar ou trabalhar nas plantações de milho e mandioca, para, à tarde, voltarem atraídos pela curiosidade, quando se deixavam examinar.



Cacique Yawarapiti.



Índias Yawarapiti no local dos exames oculares.

No dia 28, o Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Dr. **Maurício de Medeiros**, foi até ao P. I. Capitão Vasconcelos, para observar de perto os trabalhos do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas. Nesse dia, foi impossível o trabalho, devido à dança do “Uruá” e às lutas “Uca-uca”. Terminados os exames nessa região, dirigimo-nos, às 15 h. e 15 m. para Aragarças, onde chegamos às 16 h. e 55 m.. Examinamos os civilizados dessa cidade, só tendo conseguido estudar um Karajá, visto que êsses índios, muito raramente, sobem o rio Araguaia até aquê local. Dormimos em Goiânia, no dia 31 e chegamos a São Paulo, no dia 1.º de junho. Cinco dos componentes da Unidade Sanitária, durante a viagem, sofreram intoxicações alimentares, por duas vêzes e três dos seus componentes, assim como um tripulante do avião, contraíram malária.

Voamos ao todo 34 horas e percorremos cêrca de 7500 quilômetros nessa viagem. (Mapa n.º 4)

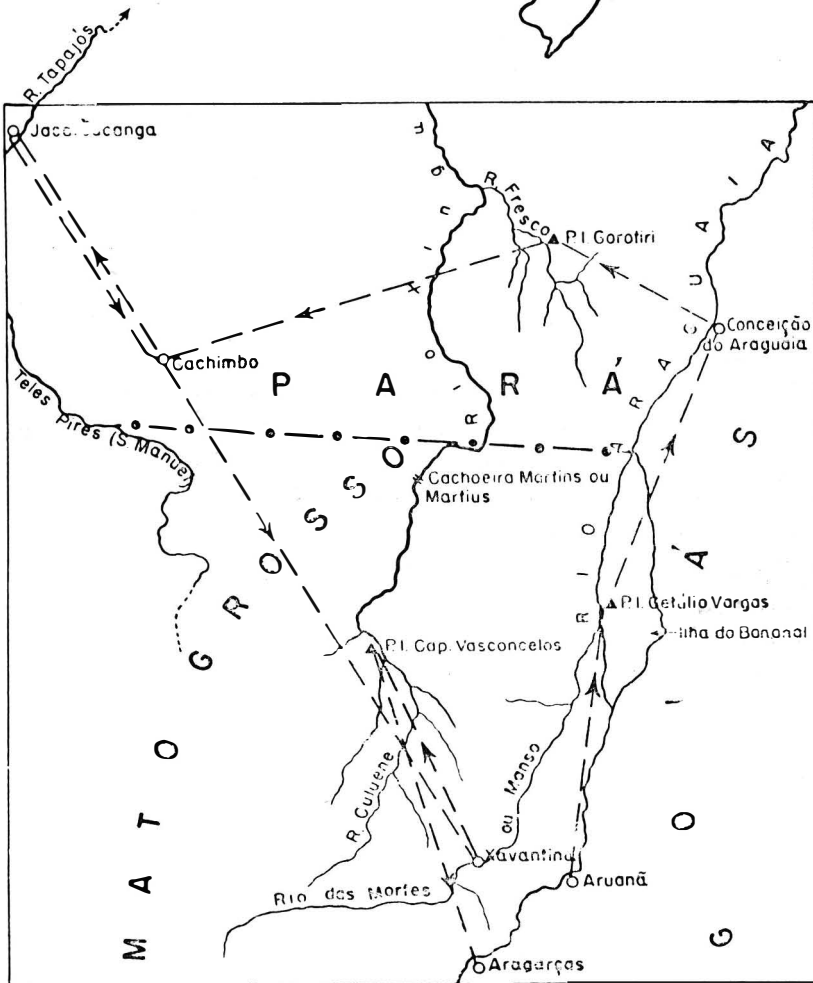
Nos dias 29 e 30 de setembro de 1956, fizemos nova viagem ao P. I. Kurt Nimuendajú (Mapa n.º 2), a fim de estudarmos maior número de Terêna e Guaraní. Como êstes índios estão aculturados, há muitos anos, e vivem em constante contacto com os brancos, esperávamos que fôsse possível estudar sua refração ocular com cicloplégicos. Entretanto, algo de imprevisto nos esperava: os índios tinham sido vacinados contra varíola e febre tifóide, havia um mês, e ainda se lembravam da reação orgânica provocada pela mesma; cêrca de 80% dos índios fugiu de medo dos nossos exames. Os que ficaram, em sua maior parte, mulheres e crianças, não permitiram que fôsse instilado nenhum colírio para serem examinados.

A sétima viagem foi sugerida pelo estudo da bibliografia oftalmológica referente aos índios brasileiros.

Verificando que os Fulniô tinham sido examinados por oftalmologistas (3 e 13), fizemos uma viagem afim de estudar, além da acuidade visual para longe e a freqüência de discromatopsia, outros aspectos oftalmológicos.

Sabíamos que uma parte da tribo viaja por todo o Estado de Pernambuco, porém, na ocasião do Ouricuri, reúnem-se na antiga aldeia.

MAPA Nº 4



No dia 3 de outubro de 1956, partimos de São Paulo com destino ao Rio de Janeiro, onde recebemos do S. P. I. cartas de apresentação, para serem exibidas na Diretoria da 4.^a Inspetoria Regional (I. R. 4), em Recife, e no P. I. Gal. Dantas Barreto. Pela manhã do dia 4, decolamos do Rio de Janeiro, com destino a Recife, tendo chegado às 13 horas à Capital de Pernambuco. Durante a tarde, estabelecemos contacto com a 4.^a Inspetoria Regional e obtivemos informações sobre o melhor meio de se atingir Águas Belas. Na manhã seguinte, partimos de avião para Garanhuns e nessa cidade tomamos um ônibus para Águas Belas, onde chegamos às 19 horas do mesmo dia. No dia 6, examinamos alguns civilizados e alunos das escolas de Águas Belas, para estudarmos as formas e a incidência do tracoma nessa cidade. À tarde, dirigimo-nos para a aldeia indígena localizada a duas centenas de metros, a fim de iniciarmos nossos estudos sobre as condições oculares dos índios Fulniô. Estes, entretanto, estavam ausentes. Nessa ocasião do ano costumam realizar a cerimônia do Ouricuri, no local de sua antiga aldeia, que também denominam de Ouricuri, junto ao Juazeiro Sagrado — cerimônia esta a que os estranhos não podem assistir. O encarregado do Pôsto, Sr. **Roberto Florentino de Albuquerque**, mandou comunicar ao pagé a presença do médico oculista e obteve a resposta de que no dia seguinte, às 10 horas, seriam suspensas as cerimônias e que seria possível nossa visita ao local do Ouricuri.

Na manhã do dia 7, domingo, dirigimo-nos de caminhão, com alguns índios que tinham vindo buscar-nos, para a antiga aldeia, situada junto ao Juazeiro Sagrado e que apresenta casas construídas, segundo o modo indígena, com o emprêgo da palha do Ouricuri.



Aldeia do Ouricuri.



Juazeiro Sagrado, além do qual foi proibida nossa passagem.

Quando chegamos, fomos avisados pelo pagé de que ainda não nos podíamos aproximar do local da prática religiosa e alguns índios, discretamente, se colocaram em nosso caminho. Aproveitamos a espera para examinar crianças e mulheres que estavam nas portas de suas casas de palha. Depois de uma hora, surgiram os índios que tinham terminado seu cerimonial matutino. São poucos os conhecimentos sobre a cerimônia do Ouricuri; só se sabe que durante esse período, que dura de um a três meses, estão vedadas as relações sexuais e os homens se reúnem em local proibido para as mulheres, crianças e estranhos, local esse situado além do Juazeiro Sagrado.

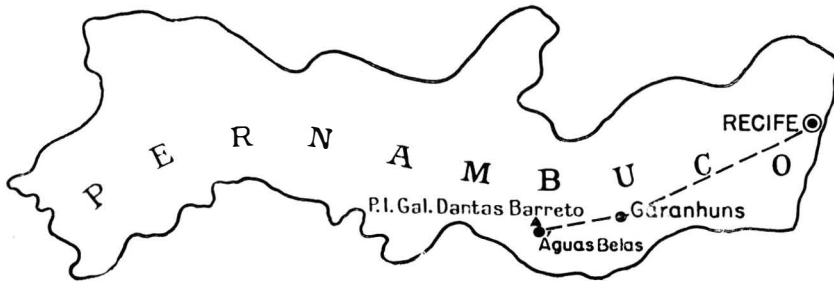
Os primeiros exames foram realizados, de casa em casa, para termos uma amostra real do estado ocular da tribo.



Ambulatório do P. I. Gal. Dantas Barreto.

Na manhã seguinte, com o consultório instalado comodamente no Ambulatório do Pôste, tivemos ocasião de continuar nossos estudos clínicos. No dia 9, dirigimo-nos para Garanhuns e no dia 11, chegamos a São Paulo. (Mapa n.º 5)

**MAPA
Nº 5**



Conjunto de várias localidades visitadas.

MAPA Nº 6



M A P A D O B R A S I L